Carta sobre a Tolerância, de John Locke — Ficha de leitura

12.º Ano | Filosofia | 4 páginas | 12 exercícios

Competências que desenvolve: leitura integral da obra — a forma epistolar, o argumento da crença involuntária, a distinção dos bens, os limites da tolerância, o apelo às Escrituras e o confronto com Agostinho (Aprendizagens Essenciais, Organizador «Trabalho sobre cada uma das obras»).

Revisão rápida — *Carta sobre a Tolerância*

- **Contexto e forma:** 1689, carta a um teólogo amigo, na Inglaterra pós-revolução — argumentação prática entre religiosos que se perseguiam.
- **Primeira tese (o ofício do magistrado):** a esfera do poder civil são os bens desta vida — vida, saúde, ordem externa; a alma fica fora do seu alcance.
- **Segunda tese (a crença involuntária):** ninguém crê por obrigação — o comando alcança o culto externo, nunca a fé; decretar convicção é impossível.
- **Limites:** não se tolera quem não tolera e ataca a paz comum; quem põe a lealdade ao Estado em questão — a tolerância não se estende a quem a destrói.
- **Feitio do argumento:** além da razão, a carta apela às Escrituras — a conversão dos apóstolos não veio da espada.

Exercícios

1. V/F: a) A obra é de 1689, em forma de carta a um teólogo amigo → __ b) Para Locke, o magistrado pode ordenar o que se crê → __ c) A coerção alcança o culto externo, mas não a crença → __ d) A obra defende que as seitas se devem combater entre si → __

2. Completa: a) a esfera do magistrado são os bens __ b) a crença é __ — não segue o comando c) não se tolera quem não __ d) o argumento remata nas __.

3. Liga cada noção ao seu lugar (banco: *fora do alcance do magistrado · o que ele pode ordenar · não se decretar · o limite da tolerância*): bens temporais → __ · alma → __ · crença → __ · paz comum → __.

4. Contexto: escreve 2 linhas sobre a ocasião (país, data e o problema das seitas) e o gênero epistolar.

5. Reconstrói o argumento das Escrituras: P1 (como os apóstolos converteram) __ P2 (o que a fé exige) __ C: logo o magistrado não tem espada para a crença.

6. Completa o mapa: o magistrado cuida da __ · a alma fica __ (fora do seu ofício) · a coerção só alcança o __ · a crença é __ (involuntária) — e por isso o decreto não a alcança.

7. Ordena a construção da carta (1–5): __ o apelo às Escrituras · __ a distinção entre bens temporais e alma · __ os limites da tolerância · __ a tese da crença involuntária · __ o enquadramento (a paz civil entre seitas)

8. Análise: *«Ninguém crê por obrigação: o comando alcança o culto, não a fé — e a fé não se dá por decreto.»* a) Tese: __ b) Porque o magistrado se fica pelo externo: __

9. Confronto com o elenco: *Carta* e *O Mestre* — o que partilham (a fé e a verdade são interiores — não se transferem nem se decretam) e onde divergem (o limite do poder civil vs o ensino divino interior).

10. Erro de leitura: «Locke torna a fé assunto privado e retira-a da vida pública.» Corrige — o que a carta regula é justamente o quê?

11. Produção: um empregador exige a assinar uma declaração de opinião política. Aplica o princípio da carta em 5–6 linhas — e discuta: o princípio, nascido na religião, estende-se à opinião política?

12. Esboço de ensaio: «O que o poder pode exigir?» — tese com a carta, o argumento da crença involuntária, a objeção (a paz exige coerção de costumes) e a tua resposta com aplicação ao presente.

© 2026 Estudantices

Soluções — Carta sobre a Tolerância, de John Locke

1. a) V b) F (ordenar a crença é impossível) c) V d) F (a tolerância mútua entre seitas é justamente o que se pede).

2. a) desta vida (temporais) b) involuntária c) tolera (e ataca a paz comum) d) Escrituras.

3. bens temporais → o que ele pode ordenar · alma → fora do alcance do magistrado · crença → não se decretar · paz comum → o limite da tolerância.

4. (modelo) Inglaterra de 1689, depois da revolução — cristãos divididos e perseguições recíprocas; Locke escreve em carta a um teólogo amigo: gênero epistolar de argumentação prática, não tratado sistemático.

5. P1: os apóstolos converteram sem espada — convenceram, não obrigaram · P2: a fé exige assentimento interior, que nenhum comando produz · C: logo o magistrado não tem espada para a crença — a espada só serve aos bens externos.

6. vida/ordem externa · fora do ofício (ao cuidado de cada um) · culto externo (atos) · involuntária.

7. ordem: 1 enquadramento (paz civil) · 2 crença involuntária · 3 bens temporais vs alma · 4 limites da tolerância · 5 apelo às Escrituras.

8. a) tese: a crença não obedece a decreto — é involuntária b) o magistrado ordena atos externos (a vida, a ordem, o culto público) — a fé não é um ato que se ordene; por isso o seu poder esgota-se no externo e a alma fica intocada.

9. Partilham: em ambos, o que importa é interior — Agostinho: a verdade aprende-se dentro, com o mestre interior; Locke: a crê-se por convicção, não por comando. Nem o ensino nem o poder a transportam ou impõem. Divergem: Agostinho fala do ensino divino (teologia — quem acorda o interior), Locke do limite do poder civil (política — até onde vai o magistrado). Interioridade da fé vista de dentro e de fora.

10. Erra: a carta não retira a fé da vida pública — regula a *vida pública do poder*: o que o magistrado pode exigir lá dentro. A fé continua pública na convivência; o que fica proibido é a coerção da convicção. Não é privatismo — é o desenho do que o Estado não pode tocar.

11. (modelo) Pela carta: a opinião, como a fé, não obedece a decreto — exigir a assinatura é exigir um ato interno por força, e o ofício do empregador são atos externos (o trabalho). Mas a extensão não é automática: a carta fala de salvação das almas, e a opinião política toca na convivência comum — aqui o limite seria o do próprio perturbar a paz, não a convicção. Conclusão: estende-se o princípio da interioridade, não o da imunidade de tudo — quem assina sob ameaça assina vazio, como a fé forçada.

12. (modelo) Tese: o poder só pode exigir atos externos — nunca convicções. Argumento: a crença involuntária (o comando não produz fé) e a distinção dos bens (a alma não é do magistrado). Objeção: sem coerção de costumes, a paz afina-se — cada um leva a sua seita ao extremo. Resposta: a paz que se defende é a dos atos (a ordem externa), e a tolerância tem limites — quem ataca a paz comum cai fora dela; quem só crê diferente não. Aplicação: quando um poder exige declarações de convicção, pede o impossível — e cobra caro a quem finge.

© 2026 Estudantices